

Assombrações e prodígios sobrenaturais em Diamantina na virada do século XIX para o século XX

Marcos Lobato Martins¹

Muitos diamantinenses acreditam que o relativo atraso da região do Alto Jequitinhonha, situada no nordeste de Minas Gerais, explica-se pelo fato de que, nas lavras de ouro e diamantes, milhares de escravos padeceram suplícios infernais ao longo de dois séculos. O sofrimento a que esses trabalhadores foram submetidos, as injustiças e violências praticadas contra eles, tanto por seus senhores quanto pelas autoridades da antiga Demarcação Diamantina, operariam como maldição que dificulta, até mesmo impede, o desenvolvimento regional. As brutalidades do passado, sobretudo porque ainda não foram devidamente expiadas, teriam lançado Diamantina e entorno numa condenação inelutável. O atraso regional seria a contraface da lenta expiação moral e religiosa necessária para pacificar uma multidão de almas penadas que perambula pela região.

Essa idéia absurda na perspectiva da racionalidade técnico-científica moderna aponta para o lugar destacado que o sobrenatural ocupa nas narrativas e no cotidiano de garimpeiros e camponeses da antiga Demarcação. Histórias de aparições, de eventos sobrenaturais e de lugares mal assombrados são encontradas em qualquer ponto da Serra de Santo Antônio. Pertencem à tradição oral das comunidades, tanto rurais quanto dos núcleos urbanos regionais, chegando a entreter a imaginação de turistas mais curiosos que visitam Diamantina.

Em Diamantina, memorialistas escreveram sobre almas penadas que percorriam ruas, becos e caminhos situados nas alturas do Espinhaço central. Narrativas fantásticas estão presentes nas obras de Helena Morley, Cyro Arno e Aires da Mata Machado Filho, escritas entre os anos de 1893 e 1945. Também a imprensa local registrou número significativo de histórias de fantasmas e de

¹ - Doutor em História pela USP. Professor das Faculdades Pedro Leopoldo (MG).

eventos sobrenaturais ocorridos na região. Essas histórias apareceram em diversos jornais, ligados ou não à Igreja Católica. Exame mesmo superficial das coleções de jornais existentes na Biblioteca Antônio Torres (BAT. IPHAN-Diamantina) revela dado curioso: os registros desse tipo concentraram-se nas primeiras décadas do século XX e, em seguida, escassearam rapidamente. Teriam sido os homens e mulheres diamantinenses do fim do século XIX e do início do XX mais “supersticiosos” que os das décadas posteriores ou anteriores? Por que a elite letrada que produzia os jornais deu visibilidade recorrente e ampla circulação para as histórias de assombrações naquela época? Simples questão de simpatia pelos relatos populares?

Os historiadores da cultura desconfiam que há algo mais detrás dessa súbita e intensa atenção dos jornais e dos memorialistas às aparições de fantasmas em Diamantina. Além de tratar como documentos essas narrativas de mirabilias, os historiadores entendem que o insólito lança luz sobre os desejos, os temores, as angústias, os valores morais e as esperanças que movem os grupos sociais e as comunidades. Ao contrário de Afonso d’Escragnolle-Taunay, autor da conhecida obra *Monstros e monstregos do Brasil*, o historiador de hoje não pretende distinguir o verdadeiro do falso. Sua preocupação é radicalmente diferente, porque as narrativas fantásticas são, para o historiador de hoje, meios de buscar as formas como os homens, no passado regional, viam e pensavam o mundo. Lugares mal assombrados, fantasmas, monstros, deformações, magia e malefícios integravam o mundo dos homens do passado, como ainda hoje têm presença no nosso mundo, sendo representativos de estruturas mentais que conformam o fundo cultural regional.

O sobrenatural e a proximidade entre vivos e mortos na cultura regional

Nas áreas mineradoras, como de resto em todo o Brasil escravista, uma religiosidade popular bastante típica resiste aos séculos. Ela parece, de um lado, querer humanizar Deus e os santos, tornando-os partícipes da vida dos devotos. Comerciava-se com Jesus, Nossa Senhora e os santos, demandando bens e vantagens concretas. Quando o fiel julgava não ter sido atendido pelos céus,

insultava, agredia e intimidava as imagens sagradas. Por outro lado, também havia espaço para o Diabo e seus diabretes, uma vez que as pessoas costumavam invocar o Demônio para alcançar fins torpes. Dessa forma, na religiosidade popular de agricultores e mineradores, os santos e os demônios, que podiam ser chamados por palavras encantadas, estavam em toda parte. Feiticeiros, benzedores, rezadeiras e adivinhos espalhavam-se pelas vilas e povoados de Minas Gerais. Eram procurados pelas pessoas brancas e de cor, ricas e pobres. As mandingas e os calundus, tão comuns no século XVIII, realizados ao som dos atabaques, pandeiros e canzás, envolviam adivinhações, sortilégios, possessões, curas e folguedos.

A religiosidade popular nas áreas mineradoras, sob o impacto das contribuições culturais africanas, adquiriu a crença de que a alma dos mortos permanece próxima dos vivos. Entre o mundo incognoscível e a Terra, a fronteira não seria intransponível. Para os mineiros do passado, os mortos deveriam ser evocados pelos vivos e os espíritos dos mortos poderiam interferir no mundo cotidiano, o que freqüentemente ocorreria. Um exemplo dessa crença eram os “anjinhos” (crianças mortas antes de completar sete anos), que se julgava transformavam-se em protetores de seus familiares e amigos. Outro exemplo da influência dos espíritos sobre os vivos eram os exorcismos, como o caso da jovem possessa Mariana, ocorrido por volta de 1695, no Maranhão, e estudado por Laura de Mello e Souza. E, é claro, havia os espíritos errantes dos mortos, as visagens que surgiam nada. Nas áreas de mineração, circulavam inúmeras narrativas sobre almas penadas de pessoas que morreram em consequência de violências, traições ou que tiveram a vida marcada por sofrimento atroz, injustiças e humilhações, espíritos atormentados em busca de reparações que lhes abrissem as portas dos céus.

Uma dessas narrativas foi recolhida por Lindolfo Gomes em São João Del Rei, e recontada por Câmara Cascudo (1986: 241) sob o título A moça e a vela. Uma moça que invariavelmente passava as noites debruçada na janela, fitando a rua, numa ocasião, à meia-noite, foi abordada por um desconhecido trajando hábito branco e com uma vela acesa na mão. O desconhecido saudou a moça, apagou a vela e entregou-a para ela, pedindo que guardasse até sua volta. A moça

recebeu a vela, colocou-a sobre a cama e voltou para a janela. Às duas horas da madrugada, o desconhecido retornou e pediu a vela. A moça foi buscá-la na cama, mas deparou com um esqueleto estendido. A caveira se ergueu e saiu voando pela janela como se fora pluma, diante dos olhos apavorados da moça.

Esse “conto religioso”, como o denomina Câmara Cascudo, contém evidente carga moral. Mas há outras narrativas de fantasmas nas quais as mensagens morais são menos explícitas, como essa que ainda hoje circula entre moradores mais velhos de Diamantina. Eles contam a história de uma procissão de escravos e escravas, arrastando ruidosamente pesadas correntes, que sobe a Rua das Mercês até dissolver-se na altura da igreja. Os moradores podem ouvir o som da estranha procissão, porém somente vêem o cortejo das almas as pessoas que morrerão naquele mesmo ano.

Os diamantinenses tomavam cuidado diante das forças sobrenaturais e temiam as aparições de fantasmas (ver box 2). Pelo sim pelo não, procuravam ser cautelosos com os prodígios. Conforme Helena Morley, menina de descendência inglesa que morava em Diamantina no fim do século XIX:

“Desde pequena sofri com a superstição de todos os modos. Se estávamos à mesa treze pessoas, sempre eu é que tinha de sair. Pentear o cabelo de noite, em nenhuma hipótese, pois se manda a mãe para o Inferno. Varrer a casa à noite faz a vida desandar. Quebrar espelho traz desdita. Esfregar um pé no outro, andar de costas e outras coisas que não me lembro agora, tudo faz mal (...) Engraçado é que todos sabem que superstição é pecado, mas preferem levar o pecado ao confessorário a fazerem uma coisa que alguém diz que faz mal”.

No universo do garimpo, atividade dinâmica da economia no Alto Jequitinhonha, o sobrenatural possuía papel destacado. Os garimpeiros acreditavam que o sortilégio é o elemento essencial do ofício da mineração. Para determinar o lugar da boa cata, o garimpeiro lidava com sinais sobrenaturais e naturais, adivinhações e sonhos. Compreender o “jogo do rio” – a variação dos lugares por onde passou o leito do rio no passado geológico – era tão importante quanto interpretar corretamente os sinais oferecidos por sonhos e visagens. Espíritos de mortos diriam a pessoas humildes o lugar exato onde se escondiam riquezas em ouro e diamantes. O diamante teria força energética sobre os homens: quanto mais farra o garimpeiro fazia, mais pedras ele acharia. Para tirar diamante,

seria preciso o minerador estar com o coração limpo; do contrário, o diamante poderia estar ao seu lado, mas ele cavaria no lugar errado. Os grandes diamantes também teriam dono certo, de maneira que não poderiam ser garimpados por outra pessoa. E, por fim, o que o diamante dava, ele tirava.

É contra esse pano de fundo de crenças seculares que os registros dos memorialistas e da imprensa de Diamantina sobre ocorrências sobrenaturais devem ser analisados.

Aparições em Diamantina na virada do século XIX para o século XX

O diário de Helena Morley (1988: 9), em 29 de janeiro de 1893, registrou o medo que os moradores da região sentiam por causa dos feitos de uma criatura tida como sobrenatural:

“Está correndo na Boa Vista que anda por aí um ladrão muito malvado, que passou em Diamantina e os soldados não puderam pegar. Ele mata para roubar e quando os soldados chegam, se é em casa, ele vira vassoura, cadeira ou outra coisa; se é no mato ele vira cupim. Todos vivem apavorados” (p. 9).

Em 14 de março do mesmo ano, Helena Morley voltou a escrever sobre esse misterioso ladrão, contando como ele havia escapado do povo do Rio Grande, transformando-se em cupim perto do Glória (p. 21). Segundo a menina, o povo acreditava que o malfeitor deveria ter parte com o Diabo. Mais do que isso, deveria tratar-se de um espírito mal.

José Teixeira Neves, por sua vez, registrou diversas manifestações sobrenaturais envolvendo pessoas de Diamantina. Um desses casos envolvia um filho do Dr. Antônio Felício dos Santos, negociante de diamantes, industrial e primeiro presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O rapaz, que falecera repentinamente em Diamantina, no mesmo dia e hora tocou a campainha da casa da família, em Botafogo, no Rio de Janeiro. Apareceu para sua mãe e despediu-se dela. Assustada, a senhora Felício dos Santos ficou desacordada (Acervo José Teixeira Neves, caderneta 7, p. 73-74. BAT). Coisa semelhante ocorreu com um estudante diamantinense no Caraça. O moço faleceu no Colégio e, “*enquanto seu corpo estava depositado na capela, apareceu ao superior que no*

momento participava aos parentes sua morte e fez recomendações” (Idem, caderneta 41, p. 14-15). Essa aparição teria sido testemunhada por D. Viçoso, bispo de Mariana, e narrada por D. Francisco de Paula e Silva.

Ainda segundo José Teixeira Neves, na Festa do Rosário de 1889, *“uma voz que não a do celebrante entoou o ‘Glória’, sendo seguida pelo coro. A voz era do vigário falecido, o cônego Joaquim Alves de Campos” (Idem, caderneta 7, p. 74). Na Igreja da Luz, um operário que trabalhava em obras que se arrastavam, ouviu da boca da imagem de São Francisco o seguinte: “João ao menos barro” (Idem, caderneta 3, p. 5 verso).*

Assim, conforme os memorialistas e a imprensa de Diamantina, os espíritos manifestaram-se para o povo, tanto nas ruas como no campo, nas casas de famílias e nas igrejas, ora gerando pânico – como no caso anotado por Helena Morley –, ora deixando no ar doce mistério, sinal do poder do amor filial ou da vontade dos santos. Os casos das aparições dos moços repentinamente mortos longe de seus familiares indicam o valor que a sociedade de Diamantina atribuía à noção tradicional de “boa morte”. Para retirar-se em paz desse mundo, o espírito do morto deveria dispor de tempo para acertar seus negócios terrenos, cercar-se dos parentes e amigos nos momentos finais da vida, ser velado por muita gente após o falecimento, ter missas rezadas em seu favor, Quando tais circunstâncias não ocorriam, o morto poderia reaparecer para os vivos e fazer recomendações ou assombrá-los.

De tipo semelhante é a notícia publicada pelo jornal *A Idea Nova*, em 29 de novembro de 1908, intitulada “Alma do outro mundo. Si non é vero...”, transcrita abaixo:

“A dois quilômetros desta cidade está situada a Chácara das Bicas, célebre porque nela morou o Dr. Joaquim Felício dos Santos que ali escreveu o Projeto do Código Civil. Em 1892 deu-se ali um crime e, em 1896, a Câmara Municipal adquiriu aquela casa para lazareto dos variolosos, tendo sido enterrados alguns na horta [da chácara]. Hoje essa casa é habitada pelo senhor José Bastos, vulgo Cabo Verde, que nos referiu o seguinte fato singularíssimo. Há uns cinco dias, saindo ele às setes horas da noite, apareceu-lhe uma mulher de estatura baixa e lhe disse:

_ Oh, José Bastos, espere aí!

_ Quem é a senhora?

_Eu me chamo Maria, morri de bexiga e aqui fui enterrada. Mande dizer uma missa para mim...

_ Pois bem, respondeu o José Bastos. Não precisa me aparecer mais: eu mandarei dizer a missa...

E de fato a missa foi dita, no dia 24, na Capela de Nossa Senhora da Luz” (*A Ideia Nova*, n. 138, gaveta 3, maço 59. BAT).

A aparição de Maria para o senhor José Bastos reitera o tema da “boa morte”, enquadrando-se na crença de que as pessoas que tiveram vida sofrida ou que experimentaram enormes humilhações podem virar almas penadas. Os diamantinenses acreditavam que a salvação dessas almas dependia da influência dos vivos, da comiseração dos cristãos em mandar officiar missas e novenas em intenção desses espíritos atormentados. A aparição de Maria também sugere a idéia de um senso tradicional de justiça que clama por reparações, mesmo *post mortem*, para indivíduos pobres, arrancados do convívio de suas comunidades, separados das redes de solidariedade que davam coesão e minoravam a dureza do cotidiano dos grupos sociais populares.

Esta noção popular de justiça insinua-se também em narrativas de aparições associadas ao sucesso na mineração. Trata-se da crença de que Deus recompensa com o achamento de tesouros pessoas simples, religiosas e trabalhadoras. Assim, em maio de 1909, uma aparição teria agitado Diamantina, conforme José Teixeira Neves. “*O Padre Brasão apareceu a uma lenheira. Queria mostrar-lhe onde estava enterrado o tesouro, mas [que Lea] não olhasse para trás. Voltando-se a mulher, viu um esqueleto que logo desapareceu*” (Acervo José Teixeira Neves, caderneta 3, p. 4 verso. BAT).

Aires da Mata Machado Filho (1972: 35), filólogo e memorialista diamantinense, narrou outra história de fantasma que indicava tesouros, recolhida na tradição oral da cidade de meados do século XX:

“Um dia, certa mulher apareceu a uma beata do Beco dos Beréns. Vinha para indicar com precisão o lugar onde estava enterrada uma garrafa cheia de diamantes. É o que dizem. Muita gente andou cavando com ansiedade, não só nesse lugar, mas na casa de Chica da Silva e muitos outros pontos”.

Embora os tesouros do Padre Brasão e da beata do Beco dos Beréns não tenham sido encontrados, permanece a teimosa esperança de que chegará o dia no qual alguém vai descobri-los. Ainda hoje garimpeiros do Alto Jequitinhonha acreditam nisso, crença não de todo desprovida de fundamento, já que, em 1969, para citar somente um caso, operários que trabalhavam no alargamento de um muro, no Arraial dos Forros, deram com uma quantidade enorme de moedas antigas, umas de ouro, outras de prata. O então Prefeito de Diamantina, Sílvio Felício dos Santos, deixou com os trabalhadores o que eles tinham achado (*Idem*, p. 36).

Até mesmo a mais alta autoridade eclesiástica do norte de Minas relatou uma aparição de fantasma. Em suas visitas pastorais, no ano de 1902, o Bispo Coadjutor de Diamantina, Dom Joaquim Silvério de Souza, passou pela paróquia de São Sebastião de Água Vermelha. Lá chegou no dia 10 de junho. Realizou 78 crismas, 260 confissões e celebrou 7 casamentos de amasiados. No dia 11, registrou no seu diário o seguinte caso:

“Apresentou-se a nós um pai de família, que se queixava de estar sua casa sob a ação diabólica, e vítima principal era uma filha de 14 anos. Esta ouvia sempre frases de convite para sair de casas e pessoas de fora viam cair pedras na sala, objetos caindo das paredes no chão, machados, facas, ferros de coador de café, torrões de terra atirados nas pessoas. Quando a mocinha não estava em casa tudo cessava. O homem (...) nos disse que o povo dizia que [o invisível] era uma tal de Romãozinho que, a mandato do pai foi buscar uma chibata ou taca para aquele bater na mãe e esta lhe rogou praga, de não ir para o Céu nem para o Inferno e ele ficou vagando pela terra, a bolir ora com um, ora com outro. O tal Romãozinho é muito falado por este norte e já pelos lados de Lençóis e Montes Claros ouvimos falar de suas proezas... Procurei descobrir se não seria algum tratante, brincador, que atirava as pedras etc., mas o homem afirmava sempre que não era possível ser pessoa viva, porque tudo examinava bem com muitos outros... Na casa deste pai, o Romão tem quebrado panelas, pratos, etc” (Visitas pastorais, anotações primárias de Dom Joaquim Silvério de Souza, caderneta de 1902, p. 91-92, caixa 49. Acervo da Cúria Metropolitana de Diamantina).

Para acalmar o pai de família, Dom Joaquim Silvério de Souza visitou a casa assombrada por Romãozinho e rezou com os moradores e vizinhos.

Ocorrência semelhante foi noticiada pelo jornal *A Idea Nova* na edição de 15 de maio de 1910, numa matéria intitulada “O Diabo em Uberaba: um caso a estudar”. O jornal relatava fatos extraordinários ocorridos na fazenda do Capitão Gustavo do Nascimento, onde um invisível atirava pedras, virava e quebrava

móveis e utensílios, a ponto de causar a retirada da família. Por meio de uma sessão espírita, o dono da casa teria descoberto que o invisível seria uma mulher que abandonara uma filhinha raquítica, que o Capitão Gustavo havia tomado para criar. Um padre fora chamado para exorcizar a fazenda, mas o mal espírito seguiu atormentando a família (*A Idea Nova*, n. 214, gaveta 4, maço 28. BAT).

Em comum, Romãozinho e a mulher que assombrava a fazenda do Capitão Gustavo do Nascimento tinham ofendido em vida a justa “ordem moral” do mundo: o primeiro pecara contra a própria mãe, a segunda abandonara a filha doente. Não fosse o valor intrínseco dessas idéias, e a repercussão que encontravam no público diamantinense, por que o jornal *A Idea Nova* publicaria com destaque notícias como as citadas anteriormente, de comprovação absolutamente impossível?

A busca de sentidos e o avanço da modernização

É hora de voltar à questão do lugar destacado ocupado pelas assombrações nas páginas dos jornais e dos memorialistas de Diamantina, justamente na virada do século XIX para o século XX.

Essa época foi de grandes mudanças na história de Diamantina e entorno. Mudanças econômicas, sociais e culturais. A euforia da *belle époque* contagiou a cidade. Para algumas camadas da população regional, era tempo de modernização, de progresso, de civilização e de riqueza. Tempo de novas esperanças e de confiança no futuro. Porém, para outras parcelas do povo, talvez a grande maioria, a época era perturbadora, de crise profunda das tradições regionais.

Diamantina continuava a ter na extração e no comércio de diamantes seus negócios mais expressivos. Entretanto, os modos antigos de minerar, herdados do período colonial, baseados no trabalho braçal, em saberes tradicionais e no sistema de “praças e meia-praças” (sociedade informal entre mineradores) entrara em retração. A chegada de companhias nacionais e estrangeiras, que usavam máquinas modernas e energia elétrica, deu início a um processo de concentração das terras minerais, da produção e dos lucros na atividade, além de fornecer modelo alternativo para o empreendimento minerador – o trabalho assalariado. As

comunidades garimpeiras começaram a desesperar, vendo sua sobrevivência e modo de vida ameaçados.

Simultaneamente, na cidade transformações importantes ocorreram. Fábricas de tecidos, fundições, curtumes, lapidações e grandes casas de comércio surgiram, difundindo novas relações de trabalho e novos padrões de consumo. Melhoramentos urbanos (água encanada, luz elétrica, calçamento, parque municipal), construção de teatro e cinema, fortalecimento da imprensa, instalação de diversas repartições públicas estaduais e federais, inauguração de escolas oficiais, chegada da Estrada de Ferro, em 1914. Em decorrência, novos hábitos passaram a ser cultivados nas casas de família, nos saraus e espaços públicos freqüentados pelas elites diamantinenses, que desejavam assimilar e reproduzir as modas vindas do Rio de Janeiro. Dessa forma, cresceu rapidamente a distância entre a cultura erudita e a cultura popular no Alto Jequitinhonha. A partir das escolas, hospitais, repartições e jornais de Diamantina, novos valores e idéias difundiram-se, influenciando as políticas públicas e a visão de mundo das elites letradas. As tradições e os saberes populares passaram a ser encarados com desprezo e desconfiança, a “ignorância” dos garimpeiros e roceiros considerada o principal obstáculo para o progresso da região.

A Igreja Católica, por sua vez, por força da separação republicana entre Estado e Religião, pôde voltar-se zelosamente para as diretrizes emanadas de Roma. A Diocese de Diamantina abraçou fervorosamente o Ultramontanismo, esforçando-se para colocar sob controle a religiosidade popular, afastar o espontaneísmo que a caracterizava e depurar as crenças dos fiéis, inculcando-lhes os ensinamentos da teologia católica. De uma hora para outra, festas religiosas antigas, práticas, rezas e verdades ancestrais sofreram anátemas por parte do clero diamantinense.

O conjunto de transformações que Diamantina experimentava, portanto, caía como espada pesada sobre o cerne do modo de vida e das crenças das comunidades regionais, apegadas a tradições seculares. Essas transformações reforçaram a marginalidade dos garimpeiros e camponeses, divididos entre o desamparo nas terras de seus antepassados e o exílio nos campos de café da Zona

da Mata mineira ou de São Paulo. Estava em curso um processo de modernização francamente hostil às tradições populares regionais, aos estilos de vida, aos saberes e práticas culturais das camadas mais pobres.

A intrusão da modernização no Alto Jequitinhonha ameaçava os fundamentos da identidade das comunidades regionais. Todo um conjunto de instituições antiguíssimas começava a desmoronar. Costumes, crenças e técnicas transmitidas de geração a geração perdiam legitimidade, erodidas pelos discursos formulados pelos novos padres, médicos, professores, jornalistas e autoridades republicanas situados em Diamantina. Como poderiam essas comunidades sobreviver socialmente à crise?

Nesse ponto surge uma brecha para as aparições de assombrações, a proliferação de almas penadas e de prodígios sobrenaturais. Diante da sobrevivência material ameaçada, da ruptura dos laços simbólicos e das redes de solidariedade que garantiam a existência das comunidades, frente ao avanço do individualismo embutido nas novas relações de trabalho na indústria e no comércio, enfim, diante dessas ameaças, as camadas populares de Diamantina e entorno, misturando ingredientes reais com um universo imaginário arcaico e fantástico, buscaram recomposições, a restauração de convenções capazes de devolver sentido ao mundo regional em rápida mutação.

Para garimpeiros, roceiros e miseráveis urbanos, ressuscitar crenças ancestrais e reatualizar narrativas sobre assombrações significava, por um lado, uma forma de dar conta da crueldade, da injustiça e do desconforto de viver na região, sobretudo numa época que colocava em xeque as estruturas do passado. Por outro lado, a irrupção de fantasmas configurava vã tentativa de conjurar as catástrofes que a modernização incompleta e seletiva de Diamantina potencializara. A onda de maravilhoso na virada do século XIX para o XX parece ter sido, em última análise, uma forma de resistência à ideologia oficial da modernizada pregada pelas elites locais, seja a de matriz liberal-republicana ou a do catolicismo ultramontano.

Referências bibliográficas

CASCUDO, Luis da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

DEFOE, Daniel. *Contos de fantasmas*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

FILHO, Aires da Mata Machado. *Dias e noites em Diamantina: folclore e turismo*. Belo Horizonte: Edição do autor, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife Velho*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TAUNAY, Afonse d'Escragnolle. *Monstros e monstregos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.